

## MEDICALIZAÇÃO E BIOPOLÍTICA DA SAÚDE: CONTROLE, DIAGNÓSTICOS E CONSUMO DE MEDICAMENTOS

DOI: 10.5281/zenodo.18628273

*Mateus Henrique Dias Guimarães<sup>1</sup>*

### RESUMO

**Introdução:** A medicalização da vida configura-se como um fenômeno central na sociedade contemporânea, articulado à biopolítica da saúde, ao expandir o domínio médico e farmacêutico sobre aspectos da existência antes compreendidos como variações da experiência humana. Esse processo atua como instrumento de controle e normalização dos corpos e das populações, intensificado pela proliferação diagnóstica e pela mercantilização da saúde. **Objetivo:** Analisar as intersecções entre medicalização, biopolítica, diagnósticos e consumo de medicamentos, discutindo como esses elementos se articulam na regulação da vida em sociedade ao longo das diferentes fases do ciclo vital. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa e exploratória da literatura, realizada nas bases BVS, SciELO e Google Scholar, com publicações entre 2015 e 2025. Foram incluídos estudos que abordaram criticamente a medicalização, a biopolítica, especialmente nos contextos da infância, adolescência, vida adulta e envelhecimento. **Resultados:** Os estudos evidenciam a expansão diagnóstica

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

e o aumento do consumo de medicamentos, particularmente psicotrópicos, associados à patologização de comportamentos e sofrimentos cotidianos. Observa-se a medicalização como estratégia biopolítica que atravessa todas as fases da vida, reforçada pela atuação da indústria farmacêutica, pela fragilidade de respostas pedagógicas e psicossociais e pela centralidade do modelo biomédico. **Conclusão:** Conclui-se que a saúde deve ser compreendida como um sistema social complexo, determinado por múltiplos fatores. A superação da medicalização excessiva demanda políticas públicas integrais, críticas ao modelo biomédico hegemônico, que promovam autonomia, equidade e respeito à dignidade humana.

**Palavras-chave:** Medicalização. Biopolítica. Política Nacional de Medicamentos. Uso de Medicamentos. Comportamento Problema.

## ABSTRACT

**Introduction:** The medicalization of life has become a central phenomenon in contemporary society, articulated with the biopolitics of health by expanding medical and pharmaceutical control over aspects of existence previously understood as variations of human experience. This process functions as an instrument of control and normalization of bodies and populations, intensified by diagnostic proliferation and the commodification of health. **Objective:** To analyze the intersections between medicalization, biopolitics, diagnoses, and medication consumption, discussing how these elements are articulated in the regulation of life in society across different stages of the life cycle. **Methodology:** This is a narrative and exploratory literature review conducted in the BVS, SciELO, and Google Scholar databases, including publications from 2015 to 2025. Studies that critically

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

addressed medicalization and biopolitics, especially in the contexts of childhood, adolescence, adulthood, and aging, were included. **Results:** The studies highlight diagnostic expansion and increased medication consumption, particularly psychotropic drugs, associated with the pathologization of everyday behaviors and suffering. Medicalization is observed as a biopolitical strategy that permeates all stages of life, reinforced by the pharmaceutical industry, the weakness of pedagogical and psychosocial responses, and the centrality of the biomedical model. **Conclusion:** Health should be understood as a complex social system determined by multiple factors. Overcoming excessive medicalization requires comprehensive public policies that critically challenge the hegemonic biomedical model and promote autonomy, equity, and respect for human dignity.

**Keywords:** Medicalization. Biopolitics. National Medicines Policy. Use of Medicines. Problem Behavior.

## 1. INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a medicalização da vida emergiu como um fenômeno proeminente, moldando a compreensão da saúde e da doença através de uma lente biopolítica (Antoneli & Garcia, 2018).

Este processo envolve a expansão dos domínios médico e farmacêutico para esferas da existência que anteriormente não eram consideradas patológicas, transformando condições naturais ou sociais em alvos de intervenção diagnóstica e terapêutica (Mezzaroba & Zoboli, 2018).

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Essa expansão é intrinsecamente ligada ao conceito de biopolítica, que, conforme delineado por Foucault, descreve as formas pelas quais o poder opera na gestão da vida das populações, regulando corpos e comportamentos por meio de estratégias de controle e normalização (Galindo et al., 2017; Lemos et al., 2020).

A medicalização, nesse contexto, atua como um instrumento biopolítico que legitima a intervenção em aspectos da vida cotidiana, desde o nascimento até a morte, transformando experiências humanas em categorias clínicas passíveis de tratamento (Freitas, 2020).

Esse fenômeno intensifica-se com a proliferação de novas categorias diagnósticas, que frequentemente ampliam o escopo da patologia e promovem a intervenção médica em condições que antes eram consideradas variações normais da experiência humana (Peralta et al., 2023).

A medicalização autoritária de corpos e doenças, portanto, reflete um poder médico que molda a autonomia individual, redefinindo o que se entende por saúde e cura (Martins, 2004).

Nesse cenário, a docilização da existência e a gestão da vida tornam-se parte integrante dos cálculos biopolíticos, convertendo-se em dispositivos para a condução de condutas na sociedade contemporânea (Lemos et al., 2020).

A medicalização também abrange a mercantilização da saúde, onde a indústria farmacêutica e os serviços biomédicos desempenham um papel crucial na conformação do mercado da saúde (Rodrigues et al., 2015).

Diante desse contexto o presente estudo tem como objetivo analisar as intersecções entre medicalização, biopolítica, diagnósticos e consumo de medicamentos, explorando como esses elementos se articulam na regulação e controle da vida em sociedade (Lemos et al., 2020; Peralta et al., 2023).

Esta análise propõe-se aprofundar na compreensão de como a medicalização, em particular, se alinha a essa perspectiva biopolítica, criando conexões entre a patologização e as práticas de poder que operam no controle da existência humana (Barbosa & Leite, 2020).

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesse sentido, a medicalização pode ser entendida como a redução de questões sociais a problemas individuais que demandam intervenção médica, responsabilizando o sujeito por comportamentos considerados desviantes (Martinhago, 2018).

A biopolítica, por sua vez, complementa essa perspectiva ao desvelar como o poder estatal e as instituições médicas convergem para gerir a vida das populações através de uma rede complexa de controle, normalização e intervenção, transformando a medicina em um instrumento de governamentalidade (Bianchi, 2018; Christofari, 2022).

Essa abordagem biopolítica da saúde converte problemas cotidianos e inerentes ao existir humano em domínios de atuação médica, estendendo a lógica da medicalização a quase todos os âmbitos da vida (Algorta, 2019).

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Desse modo, a medicalização e a biopolítica atuam conjuntamente na construção de uma ordem social que redefine as fronteiras entre o normal e o patológico, legitimando a intervenção profissional e o consumo de fármacos como soluções para questões que poderiam ser abordadas por outras vias (Christofari, 2022; Lemos et al., 2020).

A crescente farmacologização da sociedade, por exemplo, destaca-se como um campo fértil para a investigação dessas interconexões, especialmente no que tange à saúde mental infantil, onde o diagnóstico e o consumo de medicamentos se tornam analisados de problemáticas sociais mais amplas (Bianchi, 2018; Peralta et al., 2023).

A discussão teórica atual reflete a complexidade dessas controvérsias acadêmicas sobre a patologização e medicalização da educação, bem como o impacto sociopolítico do aumento do consumo de psicotrópicos na infância e a propagação do discurso biomédico no cotidiano e nas políticas públicas de saúde e educação (Colombani & Martins, 2017; Garbarino, 2020).

Essas dinâmicas revelam como o movimento higienista, historicamente implantado como política pública, e a participação da indústria farmacêutica contribuem para a medicalização escolar e o uso crescente de psicotrópicos na infância, desrespeitando as subjetividades e reforçando condutas reguladoras em detrimento das relações interpessoais (Colombani & Martins, 2017).

A expansão do diagnóstico psiquiátrico não se restringe apenas à população adulta, capturando também problemáticas da infância e adolescência que são

transformadas em psicopatologias, frequentemente tratadas com psicofármacos (Ferrazza & Rocha, 2011).

Essa tendência é particularmente evidente na escola, onde comportamentos e dificuldades de aprendizagem são frequentemente patologizados, transformando-os em condições médicas que exigem tratamento medicamentoso, mesmo quando as demandas são de natureza social ou pedagógica (Colombani & Martins, 2017; Possamai et al., 2024).

### 3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura com caráter exploratório, buscando aprofundar a discussão sobre a medicalização e a biopolítica da saúde a partir de uma perspectiva crítica. Foram utilizados os descritores Medicalização, Biopolítica, Diagnósticos e Consumo de Medicamentos, nas seguintes bases de dados: BVS, SciELO e Google Scholar, com o objetivo de identificar artigos que abordassem a intersecção desses conceitos no contexto da saúde contemporânea, com foco especial na medicalização.

Foram incluídos estudos que discutiam a psicopatologização e a farmacologização da infância e da educação, bem como análises sobre o impacto da racionalidade médica na compreensão de questões humanas

Foram excluídos estudos que não abordassem explicitamente a relação entre medicalização, biopolítica e o consumo de medicamentos, ou que se limitassem a abordagens puramente clínicas sem a devida contextualização crítica e sociológica. O período de análise da literatura concentrou-se nos anos de 2015 a 2025, justificado pela publicação do DSM-5 no Brasil, que

marcou um ponto de inflexão na inflação diagnóstica, especialmente em relação a escolares (Christofari & Freitas, 2023).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa expansão diagnóstica, aliada à influência da indústria farmacêutica, tem fomentado um aumento expressivo no uso de medicamentos psiquiátricos, especialmente em crianças em idade escolar (ANPEPP, 2019; Bassani et al., 2024; Oliveira et al., 2020)

A medicalização na sociedade contemporânea demonstra uma intersecção complexa entre a gestão biopolítica dos corpos e populações e a proliferação de diagnósticos que normalizam a existência (Chaves & Caliman, 2018).

Tal processo não apenas remodela a percepção de saúde e doença, mas também intensifica a regulação dos comportamentos individuais e coletivos, transformando as queixas cotidianas em condições patológicas que demandam intervenção médica (Santos et al., 2020).

Essa dinâmica é particularmente evidente na patologização de comportamentos considerados "anormais" ou "indesejados", que passam a ser categorizados e tratados como desordens médicas, conforme exemplificado pelos diagnósticos psiquiátricos que proliferam para abranger uma gama cada vez maior de experiências humanas (Glatz et al., 2023).

Essa tendência é corroborada pela literatura que aponta a medicalização como um instrumento de biopoder, expandindo explicações biológicas para diversos campos da vida e refletindo-se em um conceito de saúde



fragmentado, focado na ausência de doenças e alcançável por meio de estilos de vida e consumo (Coutinho & Araújo, 2016).

## **4.1. Medicalização na Infância**

A medicalização infantil, em particular, surge como um fenômeno preocupante, onde a escola e a família desempenham papéis cruciais na identificação e encaminhamento de crianças para avaliações que culminam em diagnósticos psicopatológicos e subsequente prescrição de fármacos (Possamai et al., 2024; Silva & Foratti, 2020).

Essa realidade é intensificada pela revisão de critérios diagnósticos e pelo avanço da produção diagnóstica em ambientes escolares, muitas vezes impulsionada por interesses de conglomerados farmacológicos (Oliveira et al., 2020; Possamai et al., 2024).

A fragilidade do campo pedagógico em lidar com os desafios escolares contribui para a busca por diagnósticos médicos, que geralmente resultam em prescrição de fármacos e no silenciamento do debate pedagógico (Christofari & Freitas, 2023).

Consequentemente, observa-se uma generalização dos diagnósticos infantis, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, sem a devida consideração do contexto social e educacional em que a criança está inserida (Chaves & Kruehl, 2019).

## **4.2. Medicalização na Adolescência**

Similarmente, na adolescência, a medicalização manifesta-se através da patologização de comportamentos típicos dessa fase do desenvolvimento, como a inquietude e a rebeldia, que são frequentemente interpretados como sinais de transtornos psiquiátricos, negligenciando as transformações biopsicossociais inerentes a esse período (Freire & Dantas, 2022).

Essa categorização e subsequente tratamento medicamentoso podem suprimir o desenvolvimento natural da identidade e da autonomia, transformando as experiências inerentes à vida em problemas a serem corrigidos farmacologicamente (Cervieri & Cadoná, 2022; Rocha & Kinker, 2024).

A pressão social e a busca por soluções rápidas frequentemente direcionam pais e educadores a aceitar intervenções farmacológicas para lidar com comportamentos que poderiam ser compreendidos e abordados por meio de estratégias pedagógicas e psicossociais, reforçando a concepção individualizante da problemática (Chaves & Caliman, 2018).

Este fenômeno é complexo e multifacetado, com implicações significativas para a saúde pública e o bem-estar dos jovens, especialmente quando a medicalização da vida se torna um reflexo de uma sociedade que valoriza a instantaneidade e a ausência de dor, fomentando o consumo de medicamentos como objetos-fetice (Algorta, 2019; Reis & Carvalho, 2022).

#### **4.3. Medicalização na Fase Adulta**

Na fase adulta, a medicalização atinge um pico, com a busca incessante por fármacos para lidar com o sofrimento e os desafios da vida cotidiana, como a

ansiedade e a dificuldade de concentração, que são rotineiramente transformados em distúrbios passíveis de intervenção medicamentosa (Chaves & Kruehl, 2019; Freire & Dantas, 2022).

Este cenário é impulsionado, em parte, pela indústria farmacêutica, que, através de campanhas de marketing, expande as fronteiras dos diagnósticos, criando "doenças" para condições que outrora eram consideradas variações normais da experiência humana, levando a um aumento desproporcional de novos fármacos no mercado (Zanella et al., 2016).

A medicalização da vida adulta também se manifesta na psiquiatrização do mal-estar subjetivo, onde sentimentos como tristeza e solidão são transformados em alvos para o consumo de psicotrópicos, prometendo uma diminuição do sofrimento em vez de uma elaboração ou compreensão de suas causas sociais e existenciais (Rocha & Kinker, 2024; Soalheiro et al., 2014).

Esta abordagem instrumentaliza o cuidado, desviando a atenção das complexas raízes sociais e econômicas do sofrimento e promovendo uma dependência crescente de intervenções farmacológicas para lidar com as vicissitudes da vida moderna (Heros, 2021; Reis & Carvalho, 2022).

Ademais, a sociedade contemporânea testemunha um "dopagem generalizada", onde a pressão por desempenho ilimitado e sucesso contínuo impulsiona a demanda por fármacos como um suporte para a vida, enquanto a indústria farmacêutica capitaliza e promove a medicalização da cotidianidade (Hernández et al., 2021).

Essa dinâmica, que transforma problemas sociais e existenciais em questões médicas individuais, é ainda mais acentuada pela lógica de erradicar o mal-estar através de soluções rápidas e fáceis, onde o consumo de fármacos é equiparado ao cuidado da saúde (Algorta, 2019).

#### **4.4. Medicalização no Envelhecimento**

No envelhecimento, o processo de medicalização frequentemente se intensifica, transformando o declínio natural das funções corporais e as experiências típicas da velhice em uma série de condições patológicas que exigem intervenção contínua (Marín & Orejuela, 2023).

A medicalização, nesse contexto, pode levar à polifarmácia e à desconsideração dos aspectos sociais, psicológicos e existenciais do envelhecer, promovendo uma abordagem puramente biomédica que ignora a complexidade da vida idosa.

Isso resulta na supressão de discussões sobre a dignidade do envelhecimento, priorizando a intervenção medicamentosa em detrimento de abordagens que promovam a autonomia e a qualidade de vida do idoso (Soalheiro et al., 2014).

Adicionalmente, a medicalização da velhice é frequentemente associada à multimorbidade e ao uso de múltiplos medicamentos, elevando o risco de interações medicamentosas e eventos adversos, e refletindo um modelo de assistência que fragmenta o cuidado ao invés de integrá-lo holisticamente (Molino, 2019).

## **4.5. Como a Biopolítica Pode Interferir?**

A biopolítica, ao instituir a gestão das formas de viver e regular socialmente a população através da medicina e do discurso biológico, legitima e aprofunda o processo de medicalização da vida em todas as suas fases (Peralta et al., 2023; Silva & Tavares, 2021).

Ela opera ao transformar aspectos da existência humana em objetos de controle e intervenção médica, moldando comportamentos e expectativas de saúde em consonância com as normas estabelecidas pela racionalidade biomédica (Paiva et al., 2016).

Essa intervenção pervasiva abrange desde a promoção da prevenção da saúde até o meticuloso controle dos processos vitais, tanto em nível individual quanto coletivo, estabelecendo a medicina como uma técnica política de intervenção (Sanz & Pessoa, 2020).

A articulação entre a medicalização social e a gestão governamental da vida, conforme delineada por Foucault, demonstra como o saber médico se expande para além do tratamento de doenças, abrangendo a normatização da existência humana em suas diversas fases (Passos et al., 2019).

Essa simbiose entre saber e poder médico constrói verdades sobre o corpo e a saúde que ecoam e se legitimam, direcionando a população para um modelo ideal de existência (Passos et al., 2019).

## **4.6. Contribuições e Desafios para a Saúde Pública Brasileira**

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A compreensão de como a biopolítica e a medicalização se entrelaçam é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas que abordem a saúde de forma integral, transcendendo a mera dimensão biomédica e reconhecendo a complexidade das interações sociais, culturais e econômicas que moldam o bem-estar dos indivíduos (Mazzucchelli, 2019).

Isso implica em um reconhecimento de que a saúde não pode ser reduzida a uma questão de diagnóstico e tratamento farmacológico, mas sim a um processo dinâmico influenciado por fatores ambientais e sociais, demandando uma abordagem mais abrangente (Peralta et al., 2023).

Nesse sentido, a superação do modelo biomédico predominante exige uma reflexão crítica sobre as práticas de saúde e a promoção de estratégias que valorizem a autonomia e a participação dos indivíduos na construção de seu próprio cuidado, focando nas necessidades individuais e coletivas para a produção de relações de acolhimento e responsabilização (Raimundo & Silva, 2020).

A medicalização, como estratégia biopolítica, transforma o corpo em um objeto de tecnologias políticas sofisticadas, tornando-o público e submetido a uma “somatocracia”, na qual a intervenção estatal visa o cuidado do corpo e a gestão da saúde populacional (Furtado & Camilo, 2017).

Essa perspectiva ressalta como o biopoder, ao governar a vida em nome de sua expansão, orchestra a organização dos corpos e da saúde de acordo com os critérios estabelecidos pelo Estado, redefinindo o direito à saúde como um

consumo de insumos tecnológicos (Lemos et al., 2020; Raimundo & Silva, 2020).

Essa abordagem instrumentaliza o sistema de saúde, transformando-o em um dispositivo de controle e normatização que se apropria do corpo para a produção de um discurso sobre o que é considerado saudável, legitimizando intervenções que muitas vezes desconsideram a complexidade individual (Queiroz & Santana, 2020; Raimundo & Silva, 2020).

O controle populacional, então, se manifesta na regulação minuciosa da saúde e dos corpos, estabelecendo padrões e condutas que buscam a otimização da vida biológica como campo fundamental de atuação do Estado (Porto & Amado, 2021).

Diante disso, o debate sobre as políticas públicas de saúde no Brasil deve considerar a necessidade de uma reorientação que vá além da mera provisão de serviços, focando na promoção de uma saúde mais equitativa e menos medicalizada (Mattioni et al., 2022; Pinho & Weinert, 2020).

## 5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a saúde é um sistema social complexo que transcende a ausência de doença, envolvendo uma rede de fatores sociais, psicológicos e físicos (Mondardo & Staliano, 2020; Sturza et al., 2019).

É imperativo reconhecer que a saúde está intrinsecamente ligada ao modo de vida das pessoas e às condições sociais em que estão inseridas, abrangendo um conjunto de fatores individuais e coletivos, sociais, econômicos, étnicos,

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

religiosos, culturais, psicológicos, laborais, biológicos e ambientais (“Política de Saúde Bucal No Brasil: Teoria e Prática,” 2016; Raimundo & Silva, 2020).

A compreensão desses múltiplos determinantes é crucial para a formulação de políticas públicas que visem à promoção da autonomia e da qualidade de vida, em vez de se restringirem à intervenção medicamentosa (Manske et al., 2019; Ocaña, 2020).

As políticas públicas, em particular, frequentemente materializam a discussão entre múltiplos atores sociais, refletindo, por vezes, um privilégio das relações capitalistas em detrimento das sociais, transformando a medicina em um mercado acessível principalmente àqueles com maior poder dentro do sistema de saúde (Pinho & Weinert, 2020).

Contudo, a busca pela efetivação do direito à saúde deve ser fundamentada nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do respeito integral à vida, demandando que as políticas públicas sejam elaboradas de maneira séria e aprofundada para garantir uma redistribuição equitativa e a redução das desigualdades, em vez de apenas servir a interesses econômicos e privados que visam manter a ordem social vigente (Alonso & Casalino, 2024).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Algorta, P. C. (2019). Las prácticas psicológicas en el ámbito escolar y su relación con el consumo de psicofármacos en la niñez. *Psicología Conocimiento y Sociedad*, 9(1). <https://doi.org/10.26864/pcs.v9.n1.8>



# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Alonso, J. P. D. R., & Casalino, V. G. (2024). POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO À SAÚDE: RFD- Revista Da Faculdade de Direito Da UERJ, 43, 1. <https://doi.org/10.12957/rfd.2024.61814>

ALVES, Paula Larissa Nascimento et al. OPACIFICAÇÃO COMO CATEGORIA ANALÍTICA NA SAÚDE COLETIVA: PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO CUIDADO, PODER INSTITUCIONAL E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Revista de Geopolítica**, v. 17, n. 1, p. e1317-e1317, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov17n1-076>.

ANPEPP, G. de T. em S. C. da. (2019). 8o Congresso Multidisciplinar de Saúde Comunitária do Mercosul. Revista Neurociências, 27, 1. <https://doi.org/10.34024/rnc.2019.v27.10167>

Antoneli, P. de P., & Garcia, M. R. V. (2018). Os “inconvenientes” na escola: medicalização de crianças e jovens e suas estratégias de resistência. Perspectiva, 36(2), 664. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2018v36n2p664>

ARAÚJO, Flávio Eduardo Silva et al. A SAÚDE COLETIVA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO: INTERCÂMBIO DE SABERES ENTRE PROFISSIONAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 21, n. 02, p. 1-19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61164/w0axck40>.

Barbosa, M. de B., & Leite, C. D. P. (2020). INFÂNCIA E PATOLOGIZAÇÃO: CONTORNOS SOBRE A QUESTÃO DA NÃO

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

APRENDIZAGEM. Psicologia Escolar e Educacional, 24.

<https://doi.org/10.1590/2175-35392020220707>

Bassani, E., Duarte, E. F. S., Arrebola, J., Filho, J. R., & Pereira, S. C. L. (2024). O perfil de estudantes com laudo médico em uma Escola Estadual de Ensino Médio: transformando preconceitos em patologias. Educação (UFSM). <https://doi.org/10.5902/1984644471210>

Bianchi, E. (2018). Saberes, fármacos y diagnósticos. Un panorama sobre producciones recientes en torno a la farmacologización de la sociedad. Psicología Conocimiento y Sociedad, 8(2). <https://doi.org/10.26864/pcs.v8.n2.11>

Cervieri, D., & Cadoná, E. (2022). TECNOLOGIAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: ADOLESCÊNCIA, AUTOLESÃO/AUTOMUTILAÇÃO E EDUCAÇÃO. Revista de Ciências Humanas, 23(3), 153. <https://doi.org/10.31512/19819250.2022.23.03.153-176>

Chaves, F. A. M., & Caliman, L. V. (2018). Entre Saúde Mental e a Escola: a Gestão Autônoma da Medicação. Revista Polis e Psique, 7(3), 136. <https://doi.org/10.22456/2238-152x.75328>

Chaves, T. M. L., & Kruehl, C. S. (2019). Um olhar sobre a infância medicalizada. Research Society and Development, 8(7). <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i7.1111>

Christofari, A. C. (2022). Medicalização na infância: disciplinamento, controle e punição. Zero-a-Seis, 24, 685. <https://doi.org/10.5007/1518->

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

[2924.2022.e82805](https://doi.org/10.5902/1984686x71676)

Christofari, A. C., & Freitas, C. R. de. (2023). Infância medicalizada: o que a escola tem a dizer? Revista Educação Especial, 36(1). <https://doi.org/10.5902/1984686x71676>

Colombani, F., & Martins, R. A. (2017). O movimento higienista como política pública: aspectos históricos e atuais da medicalização escolar no Brasil. Revista on Line de Política e Gestão Educacional, 21(1), 278. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9788>

CORREA, Joana Paula Carvalho et al. Indicadores de Qualidade no Sistema Único de Saúde: abordagens para Avaliação da Eficiência e Eficácia dos serviços prestados. **INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE**, v. 11, n. 2, p. 2130-2140, 2025. DOI: <http://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p2130-2140>.

CORRÊA, Joana Paula Carvalho et al. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE COLETIVA. **Revista DCS**, v. 22, n. 85, p. e4065-e4065, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i85.4065>

Coutinho, M. K. A. R. G., & Araújo, D. A. de C. (2016). Medicalização e TDAH: discussões nos programas de pós-graduação em educação e em psicologia do Mato Grosso do Sul. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, 7(19), 166. <https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1040>

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

DA SILVA, Ana Cláudia Rodrigues et al. ATENÇÃO ÀS DOENÇAS CRÔNICAS NO BRASIL: RESPOSTAS DO SUS DIANTE DE UMA CARGA CRESCENTE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 12, p. 674-684, 2025. DOI: DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i12.22823>.

DUARTE, Franciely Fernandes et al. INOVAÇÃO SOCIAL E SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS PARA O BEM-ESTAR POPULACIONAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. 3013–3021, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i7.20451>.

Ferrazza, D. de A., & Rocha, L. C. da. (2011). A psicopatologização da infância no contemporâneo: um estudo sobre a expansão do diagnóstico de “transtorno de déficit de atenção e hiperatividade”<br>DOI:10.5007/1807-1384.2011v8n2p237. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, 8(2). <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2011v8n2p237>

Freire, B. M. R., & Dantas, J. B. (2022). Infâncias patologizadas: um estudo epidemiológico sobre o fenômeno da medicalização infantil em Centros de Atenção Psicossocial de Fortaleza. DESIDADES - Revista Científica Da Infância Adolescência e Juventude, 32. <https://doi.org/10.54948/desidades.v0i32.43450>

Freitas, F. S. de. (2020). A PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA DA MEDICINA SOCIAL: SUS, PSF, NEOLIBERALISMO E PANDEMIA. Kínesis -

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Revista de Estudos Dos Pós-Graduandos Em Filosofia, 12(31), 186.

<https://doi.org/10.36311/1984-8900.2020.v12n31.p186-213>

Furtado, R. N., & Camilo, J. A. de O. (2017). O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. Revista Subjetividades, 16(3), 34.

<https://doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>

Galindo, D., Lemos, F. C. S., Vilela, R., & Garcia, B. (2017). Medicalização e governo da vida e subjetividades: o mercado da saúde. Estudos e Pesquisas Em Psicologia, 16(2), 346. <https://doi.org/10.12957/epp.2016.29164>

Garbarino, M. I. (2020). Mercado-ciência e infância. Estilos Da Clinica, 25(1), 135. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p135-150>

Glatz, E. T. M. de M., Yaegashi, S. F. R., & Leão, T. M. (2023). Sofrimento psíquico infantil na contemporaneidade: intersecções entre os preceitos da semicultura e da sociedade de risco. EccoS – Revista Científica, 65, 1.

<https://doi.org/10.5585/eccos.n65.23302>

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias (2026, January 9). GLOBAL HEALTH RESPONSES TO REDUCE INEQUALITIES IN ADDRESSING HEALTH CRISES. Even3 Publicações. <http://doi.org/10.29327/7763526>

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias et al. AVALIAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERFACES COM A GESTÃO E A EDUCAÇÃO PERMANENTE. **Revista DCS**, v. 22, n. 84, p. e3767-e3767, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i84.3767>

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias et al. EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO EM SAÚDE: ESTRATÉGIAS INTERSETORIAIS NA CONSTRUÇÃO DA INTEGRALIDADE DO CUIDADO. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 02, p. 1-15, 2026. DOI: <https://doi.org/10.61164/kefnws37>

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias *et al.* Gestão Participativa na Saúde Coletiva: Caminhos para a Efetivação de Políticas Públicas Locais. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 2, p. 1495-1503, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n2p1495-1503>

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias *et al.* INDICADORES DE SAÚDE COLETIVA: FERRAMENTAS PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **ARACÊ**, v. 7, n. 7, p. 36607-36616, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n7-083>.

GUIMARÃES, Mateus Henrique Dias *et al.* PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NO CONTEXTO DA SAÚDE COLETIVA: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE SAÚDE. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 7, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36692/V17N2-59R>.

Hernández, M. H. B., Francisco-León, P. A. D., & Osorio, L. J. M. (2021). La medicalización de la infancia como estrategia de gobierno. *Política & Sociedade*, 19(46), 175. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2020.e75325>

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Heros, M. A. de los. (2021). Reflexiones frente a una sociedad psicológicamente desorientada. *Avances En Psicología*, 29(1), 17. <https://doi.org/10.33539/avpsicol.2021.v29n1.2347>

Lemos, F. C. S., Galindo, D., Rodrigues, R. V., & Sampaio, A. M. (2020). Práticas de medicalização: problematizações conceituais a partir de Michel Foucault. *Revista Psicologia Diversidade e Saúde*, 9(2), 232. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v9i2.2945>

Lemos, F. C. S., Gomes, G. do S. L., Oliveira, P. de T. R. de, & Galindo, D. (2020). Medicalização e normalização da sociedade. *Revista Polis e Psique*, 10(3), 77. <https://doi.org/10.22456/2238-152x.93406>

Manske, G. S., Linhares, A. C. C., Silva, V. L., & Máximo, C. E. (2019). CONCEPÇÕES DE SAÚDE E DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS RESIDENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE. *Revista Tempos e Espaços Em Educação*, 261. <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i30.10858>

Marín, C. A. R., & Orejuela, J. (2023). Implicaciones de la prolongación de la vida en la vejez. *El Ágora USB*, 23(2), 661. <https://doi.org/10.21500/16578031.6386>

Martinhago, F. (2018). TDAH nas redes sociais: caminhos para a medicalização da infância. *Psicología Conocimiento y Sociedad*, 8(2). <https://doi.org/10.26864/pcs.v8.n2.6>

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Martins, A. (2004). Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. Interface - Comunicação Saúde Educação, 8(14), 21. <https://doi.org/10.1590/s1414-32832004000100003>

Mattioni, F. C., Rocha, C. M. F., & Faria, M. A. de. (2022). Análise das Emergências e Proveniências das Práticas de Promoção de Saúde Realizadas em um Serviço de APS. Revista Psicologia e Saúde, 3. <https://doi.org/10.20435/pssa.v14i2.1854>

Mazzucchelli, N. (2019). Envejecimiento Positivo para Chile: ¿Una vejez sin Estado? Revista Kairós Gerontologia, 22(3), 25. <https://doi.org/10.23925/2176-901x.2019v22i3p25-42>

Mezzaroba, C., & Zoboli, F. (2018). REVISITANDO O CONCEITO DE BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT PARA PENSAR O CORPO NA EDUCAÇÃO FÍSICA. Revista Tempos e Espaços Em Educação, 11(24), 279. <https://doi.org/10.20952/revtee.v11i24.6679>

Molino, C. de G. R. C. (2019). Estudo da prevalência de competições terapêuticas entre idosos com multimorbidades do estudo SABE (Saúde, Bem-estar e Envelhecimento). <https://doi.org/10.11606/t.9.2019.tde-13052019-152150>

Mondardo, M. L., & Staliano, P. (2020). Saúde na Fronteira Brasileira: Políticas Públicas e Acesso a Serviços / Health on the Brazilian Border: Public Policies and Access to Services. Espaço Aberto, 10(1), 99. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2020.29948>



# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Ocaña, C. (2020). Control biopolítico en el sistema de salud colombiano. *Civilizar*, 20(38), 107. <https://doi.org/10.22518/jour.ccsb/2020.1a06>

Oliveira, A. C. de, Silva, C. M. da, & Baptista, C. R. (2020). Infância e medicalização da vida: uma análise sobre a produção diagnóstica e seus nexos com os processos de escolarização. *Revista Ibero-Americana de Estudos Em Educação*, 28(3). <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp5.14559>

Paiva, L. M., Carrijo, T. S., Schumacher, J. V., & Cassoli, T. (2016). RECORTES HISTÓRICOS DA MEDICALIZAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO FÓRUM SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE EM JATAÍ. *Itinerarius Reflectionis*, 12(2). <https://doi.org/10.5216/rir.v12i2.43873>

Passos, L., Barreto, R. O., & Carrieri, A. de P. (2019). “Acrescentar Anos a Vida e Vida aos Anos Vividos”: Um olhar foucaultiano sobre a gestão da velhice no programa Mais Vida, em Minas Gerais. *Administração Pública e Gestão Social*. <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i1.5609>

Peralta, P. E. C., Nascimento, A. K. da C., & Santiago, E. (2023). Medicalização, saúde mental e biopolítica: uma revisão integrativa. *Saúde e Pesquisa*, 16(2), 1. <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2023v16n2.e11360>

Pinho, A. L. D., & Weinert, W. R. (2020). Políticas Públicas Brasileiras como Tecnologias de Saúde. *Guaju*, 6(1), 147. <https://doi.org/10.5380/guaju.v6i1.72857>

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Política de saúde bucal no Brasil: teoria e prática. (2016). In EDUFBA eBooks. <https://doi.org/10.7476/9788523220297>

Porto, R. M., & Amado, L. A. S. (2021). Os atravessamentos da saúde na educação e os efeitos da governamentalidade. Revista TEIAS, 22(64), 269. <https://doi.org/10.12957/teias.2021.50845>

Possamai, C. F., Pinto, F. M., & Fuck, L. B. (2024). Medicalização infantil no contexto escolar: implicações no processo de cuidar e educar. Educação (UFSM). <https://doi.org/10.5902/1984644485385>

Queiroz, M. G., & Santana, W. K. F. de. (2020). Biopolítica e gestão da saúde. Domínios de Linguagem, 14(3), 739. <https://doi.org/10.14393/dl43-v14n3a2020-1>

Raimundo, J. S., & Silva, R. B. da. (2020). Reflexões acerca do predomínio do modelo biomédico, no contexto da Atenção Primária em Saúde, no Brasil. Mosaico, 11(2), 109. <https://doi.org/10.21727/rm.v11i2.2184>

Reis, C. E. S., & Carvalho, L. V. (2022). SOFRIMENTO INFANTIL CONTEMPORÂNEO: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA. Polemica, 21(2). <https://doi.org/10.12957/polemica.2021.68269>

Rocha, A. C. G. F., & Kinker, F. S. (2024). A experiência da narrativa nos espaços de escuta como potencializadora dos processos de autonomia do adolescente no âmbito das práticas da saúde mental na Atenção Primária.

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Research Society and Development, 13(4). <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i4.44924>

Rodrigues, R. V., Galindo, D., Lemos, F. C. S., Nalli, M., & Santos, D. S. dos. (2015). Governo das condutas e subjetividades contemporâneas: o biocapital em questão. *Revista de Ciências Humanas*, 49(2), 41. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n2p41>

RORIZ, Fernanda Aguiar Silvestre *et al.* A SAÚDE COLETIVA NO COTIDIANO DA ATENÇÃO BÁSICA: PRÁTICAS, SABERES E DESAFIOS. *ARACÊ*, v. 7, n. 6, p. 31036-31046, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n6-114>.

Santos, J. C. G. dos, Lima, A. R. L., Silva, J. C. S., Alencar, A. A., Neto, R. S. M., Lopes, K. S., Maciel, W. H., Silva, C. H. F. da, & Valentim, F. J. R. (2020). Narrativas e significados atribuídos ao adoecimento psicológico infantil através da percepção dos cuidadores: um estudo realizado no interior do Ceará. *Saúde Em Redes*, 5(3), 59. <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2019v5n3p59-69>

Sanz, C. L., & Pessoa, M. R. C. (2020). Vigiar a velhice, vigiar o futuro: tecnologia, antecipação e governo de condutas // Old age surveillance, future surveillance: technology anticipation and conduct governance. *Contemporanea*, 18(2), 85. <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v18i2.33231>

Silva, J. C. da, & Foratti, C. M. (2020). Medicalização da infância: produções de sentido sobre o discurso de profissionais de saúde. *Estudos de*

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Psicologia (Natal). <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20190039>

Silva, M. P. da, & Tavares, E. F. (2021). DISCURSO, BIOPOLÍTICA E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DO IDOSO NA PANDEMIA. Matraga - Revista Do Programa de Pós-Graduação Em Letras Da UERJ, 28(53). <https://doi.org/10.12957/matraga.2021.56909>

Soalheiro, N. I., Mota, F. S., Soalheiro, N. I., & Mota, F. S. (2014). Medicalização da vida: Doença, Transtornos e Saúde Mental / Medicalization of life: Disease, Disorders and Mental Health. Revista Polis e Psique, 4(2), 65. <https://doi.org/10.22456/2238-152x.49807>

Sturza, J. M., Leves, A. M. P., & Cavalheiro, A. S. (2019). A saúde como um sistema social: do risco da inefetividade à judicialização excessiva em matéria de medicamentos. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, 19(2), 557. <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2019v19n2p557-586>

Vizotto, L. P., & Ferrazza, D. de A. (2018). Educação medicalizada: Estudo sobre o diagnóstico de TDAH em um dispositivo de saúde. Estudos e Pesquisas Em Psicologia, 16(3), 1013. <https://doi.org/10.12957/epp.2016.32957>

Zanella, M., Luz, H. H. V., Benetti, I. C., & Roberti, J. P. (2016). Medicalização e saúde mental: Estratégias alternativas. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, 15. <https://doi.org/10.19131/rpesm.0132>

<sup>1</sup> Mestre em Enfermagem na Atenção Primária à Saúde. Membro da International Epidemiological Association (IEA), 2025-2031. Membro

# REVISTA TÓPICOS

---

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Trainee da International Society of Hypertension (ISH), 2025-2026. Membro de Conselho Editorial, Revisor de Periódico. Enfermeiro. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0206-0011>.